



ESTADO DO MARANHÃO  
CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA  
LEGISLATURA 2021– 2024  
GAGINETE DO PRESIDENTE

Av. Marcos Silva n.º 150 – Alto Bonito – CEP 65.973.000 – CNPJ – 01.616.690/0001-70

Ao Parecerem  
Anular no SPE.

Jun. 18/09/23

Abelardo Teixeira Balluz  
Assessor Especial de Conselho I  
Matrícula 14852

**OFÍCIO Nº 020/2023**

Ao  
Tribunal de Contas  
Estado do Maranhão

Assunto: **Processo nº 3802/2015-TCE/MA**  
Natureza: Prestação de Contas Anual do Prefeito  
Exercício Financeiro: 2014  
Entidade: Município de São João do Paraíso  
Responsável: José Aldo Ribeiro Sousa (Prefeito).

Prezados Senhores

Em anexo, Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, bem como da Comissão de Orçamento e Finanças e ainda o Decreto Legislativo que foi emitido após apreciação e votação unânime no plenário desta Casa que **Rejeitou o Parecer Prévio PL-TCE-MA nº 35/2021 e Aprovou as contas de responsabilidade do Sr. José Aldo Ribeiro Sousa, referente ao Exercício Financeiro de 2014**, conforme os anexos.

Sem mais para o momento, antecipo votos de estima e consideração.

São João do Paraíso- MA, 30 de agosto de 2023.

Atenciosamente,

Manoel Borges Marinho  
Câmara Municipal de S. J. do Paraíso  
Presidente



ESTADO DO MARANHÃO  
CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA  
LEGISLATURA 2021– 2024

Avenida Marcos Silva, n.º 150 Alto Paraíso CEP 65.973.000 CNPJ 01 616 690/0001-70 São João do Paraíso/MA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2023 de 30 de agosto de 2023.

APROVADO  
CÂMARA MUNICIPAL  
30/08/2023  
*[Assinatura]*

DISPÕE A RESPEITO DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2014, DE RESPONSABILIDADE DO SR. JOSÉ ALDO RIBEIRO SOUSA.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e Regimento Interno, resolve baixar o seguinte Decreto Legislativo.

CONSIDERANDO, que na forma da Lei Orgânica Municipal e regimental, foram emitido pareceres pela Comissão de Finanças e Orçamento e pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, opinando pela **APROVAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA, EXERCÍCIO DE 2014** e rejeitando o Parecer prévio PL-TCE/MA N.º 35/2021.

CONSIDERANDO por fim, que, após o regular trâmite nesta Casa Legislativa, foi levada à apreciação do Plenário os pareceres constantes no processo de julgamento das contas do ex-gestor municipal, e que, em sessão única realizada no dia 30 de agosto de 2023, **REJEITOU O PARECER PRÉVIO PL-TCE/MA N.º 35/2021, e APROVOU AS CONTAS DE RESPONSABILIDADE DO SR. JOSÉ ALDO RIBEIRO SOUSA, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2014.**

**DECRETA;**

**Art. 1.º** - Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, relativas ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do SR. José Aldo Ribeiro Sousa.

**Parágrafo Único** – o processo, o parecer Prévio e o Ofício de encaminhamento referido nos caput deste artigo, passam a integrar o presente Decreto Legislativo.



ESTADO DO MARANHÃO  
CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA  
LEGISLATURA 2021– 2024

Avenida Marcos Silva, n.º 150 Alto Paraíso CEP 65.973.000 CNPJ 01 616 690/0001-70 São João do Paraíso/MA

2

**Art.º 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Dê ciência, Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Câmara Municipal de São João do Paraíso- MA, aos 30 dias do mês de agosto de 2023.

*Manoel Borges Marinho*

**Manoel Borges Marinho.**  
Presidente da Câmara

*Marcos André Cordeiro Vilela*

**Marcos André Cordeiro Vilela**  
Vice - presidente da Câmara

*LEONARDO SOUSA BARROS*

**Leonardo Sousa Barros.**  
1.ª Secretário





ESTADO DO MARANHÃO  
CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA  
LEGISLATURA 2021 – 2024  
COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Av. Marvós Silva n.º 150 – Alto Bonito – CEP 65.973-000 – CNPJ – 01.616.690/0001-70

**PARECER Nº 002/2023**

29/08/2023

DA Comissão Permanente de Finanças e Orçamento:

**HISTÓRICO:** A Matéria versa o Julgamento da prestação de contas do Prefeito Processo TCE/MA – 3802/2015 – Parecer Prévio PL – TCE/MA, n.º 35/2021 de responsabilidade do ex-prefeito José Aldo Ribeiro Sousa.

**MÉRITO:** Esta Comissão tem a relatar o seguinte:

A cerca das irregularidades apontadas no Parecer Prévio em apreço, em seus Itens 1, 2, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 16 e subitens, verifica-se que todas as ocorrências possuem natureza de vícios sanáveis, ou seja, meras irregularidades formais que ocorreram por ausência de envio de documentos que existiam e que, por razões alheias ao conhecimento do então Prefeito, não foram enviadas ao TCE/MA.

Verificamos que o presente processo ocorreu a revelia, sem a notificação para que o responsável José Aldo Ribeiro Sousa, apresentasse sua defesa técnica e consequentemente a documentação arguida como faltante pelo TCE/MA, o que caso tivesse ocorrido, resultaria na inexistência de tais irregularidades, conforme atesta o próprio TCE/MA, no despachos n.ºs. 734/2018 e 511/2029, exarado pelo Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto.

Diante desta verificação, fica claramente caracterizado que José Aldo Ribeiro foi julgado a revelia e não teve a oportunidade de exercer seu direito à ampla defesa e ao contraditório perante o TCE/MA, resultando assim o não envio da documentação mencionada nas ocorrências transcritas no Parecer Prévio.

O TCE/MA considerou ainda como irregular o resultado da execução orçamentária pelo fato do exercício de 2014 ter sido deficitária, ou seja,



ESTADO DO MARANHÃO  
CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA  
LEGISLATURA 2021 – 2024  
COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Av. Marvos Silva n° 150 – Alto Bonito – CEP 65 973 000 – CNPJ – 01 616 690/0001-70

as receitas foram inferiores às despesas, dando ideia de que o município tenha gasto mais do que recebeu, mas com a verificação do Demonstrativo de receita e despesa do exercício 2014 apresentado pelo gestor, verifica-se o contrário do que externa o parecer, presumindo-se que o tenha ocorrido no momento da análise por parte do TCE/MA, tenha considerado os valores empenhados e não as despesas que de fato foram executadas.

Sobre a ocorrência no valor do repasse ao Poder Legislativo que constitucionalmente é de 7%, achamos insignificante que tenha sido descumprido o limite estabelecido em 0,16%, a mais que o percentual permitido, não justificando para esta comissão uma desaprovação prévia por parte do TCE/MA.

Sobre o valor inscrito em restos a pagar ter superado as disponibilidades financeiras suficientes para seu pagamento, verifica-se que foram empenhadas, liquidadas, mas não pagas até o ultimo dia do exercício financeiro ao que pertencem, ocorre porque o município transfere o pagamento de contas realizadas durante determinado ano para o ano seguinte conforme previsão anterior, sejam porque as despesas ainda não foram executadas, ou mesmo por ausência de verbas nos cofre públicos no ultimo dia do ano.

Sobre a ocorrência de que o Município tenha aplicado 57,31% do total da receita corrente líquida em despesa com pessoal, é o mesmo caso tratado anteriormente sobre o repasse insignificante a mais para a Câmara de Vereadores no mesmo exercício.

E por último, sobre a ausência do cadastro do servidor junto ao TCE/MA, designado para assinaturas no relatório de controle interno, esta comissão considerou ilógico este tópico, não merecendo inclusive prolongamento de argumentação.







ESTADO DO MARANHÃO  
CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA  
LEGISLATURA 2021 – 2024  
COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Av. Marvos Silva n.º 150 – Alto Bonito – CEP 65.973-000 – CNPJ – 01.616.690/0001-70

**CONCLUSÃO:** Portanto diante do exposto, esta Comissão após analisar criteriosamente todos os tópicos aprontados pelo TSE/MA e seu parecer e considerando ainda que tal processo tenha ocorrido à revelia, tolhendo o direito de defesa do responsável, como também por serem desproporcionais ao bom senso prático e crítico, como também não há apontamento de que o Sr. José Aldo Ribeiro Sousa, no exercício de seu mandato tenha desviado o apropriado, para si ou para outrem, qualquer recurso público, como da mesma forma, inexistente no presente feito qualquer multa ou condenação ao ressarcimento ao erário, significando as irregularidades trazidas, meras inconformidades administrativas e contábeis, incapaz de macular a conduta do mesmo quando gesto público no exercício de 2014, **resolve esta COMISSÃO, por unanimidade rejeitar o parecer prévio PL – TCE/MA n.º 35/2021 e recomendar ao plenário desta Casa, a APROVAÇÃO EM TODOS OS SEUS TERMOS**, as prestações de contas do Sr. José Aldo Ribeiro Sousa, referente ao exercício financeiro de 2014.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três.

Elcione Martins do Vale  
Presidente

Dario Castro  
Relator

Vonis Ferreira de Aguiar  
Membro



ESTADO DO MARANHÃO  
CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA  
LEGISLATURA 2021 – 2024  
COMISSÃO PERMANENTE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA ETC.  
Av. Marvos Silva n.º 150 – Alto Bonito – CEP 65 973 000 – CNPJ – 01 616 690/0001-70

**PARECER Nº 003/2023**

APROVADO  
PARECER Nº 003/2023  
29/08/2023

DA Comissão Permanente Constituição, Justiça e etc.

**HISTÓRICO:** A Matéria versa o Julgamento da prestação de contas do Prefeito Processo TCE/MA – 3802/2015 – Parecer Prévio PL – TCE/MA, n.º 35/2021 de responsabilidade do ex-prefeito José Aldo Ribeiro Sousa.

**MÉRITO:** Esta Comissão tem a relatar o seguinte:

A cerca das irregularidades apontadas no Parecer Prévio em apreço, em seus Itens 1, 2, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 16 e subitens, verifica-se que todas as ocorrências possuem natureza de vícios sanáveis, ou seja, meras irregularidades formais que ocorreram por ausência de envio de documentos que existiam e que, por razões alheias ao conhecimento do então Prefeito, não foram enviadas ao TCE/MA.

Verificamos que o presente processo ocorreu a revelia, sem a notificação para que o responsável José Aldo Ribeiro Sousa, apresentasse sua defesa técnica e consequentemente a documentação arguida como faltante pelo TCE/MA, o que caso tivesse ocorrido, resultaria na inexistência de tais irregularidades, conforme atesta o próprio TCE/MA, no despachos n.ºs. 734/2018 e 511/2029, exarado pelo Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto.

Diante desta verificação, fica claramente caracterizado que José Aldo Ribeiro foi julgado a revelia e não teve a oportunidade de exercer seu direito à ampla defesa e ao contraditório perante o TCE/MA, resultando assim o não envio da documentação mencionada nas ocorrências transcritas no Parecer Prévio.

O TCE/MA considerou ainda como irregular o resultado da execução orçamentária pelo fato do exercício de 2014 ter sido deficitária, ou seja,





ESTADO DO MARANHÃO  
CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA  
LEGISLATURA 2021 – 2024

COMISSÃO PERMANENTE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA ETC.  
Av. Marvos Silva n° 150 – Alto Bonito – CEP 65 973.000 – CNPJ – 01 616 690/0001-70

---

as receitas foram inferiores às despesas, dando ideia de que o município tenha gasto mais do que recebeu, mas com a verificação do Demonstrativo de receita e despesa do exercício 2014 apresentado pelo gestor, verifica-se o contrário do que externa o parecer, presumindo-se que o tenha ocorrido no momento da análise por parte do TCE/MA, tenha considerado os valores empenhados e não as despesas que de fato foram executadas.

Sobre a ocorrência no valor do repasse ao Poder Legislativo que constitucionalmente é de 7%, achamos insignificante que tenha sido descumprido o limite estabelecido em 0,16%, a mais que o percentual permitido, não justificando para esta comissão uma desaprovação prévia por parte do TCE/MA.

Sobre o valor inscrito em restos a pagar ter superado as disponibilidades financeiras suficientes para seu pagamento, verifica-se que foram empenhadas, liquidadas, mas não pagas até o ultimo dia do exercício financeiro ao que pertencem, ocorre porque o município transfere o pagamento de contas realizadas durante determinado ano para o ano seguinte conforme previsão anterior, sejam porque as despesas ainda não foram executadas, ou mesmo por ausência de verbas nos cofre públicos no ultimo dia do ano.

Sobre a ocorrência de que o Município tenha aplicado 57,31% do total da receita corrente líquida em despesa com pessoal, é o mesmo caso tratado anteriormente sobre o repasse insignificante a mais para a Câmara de Vereadores no mesmo exercício.

E por último, sobre a ausência do cadastro do servidor junto ao TCE/MA, designado para assinaturas no relatório de controle interno, esta comissão considerou ilógico este tópico, não merecendo inclusive prolongamento de argumentação.



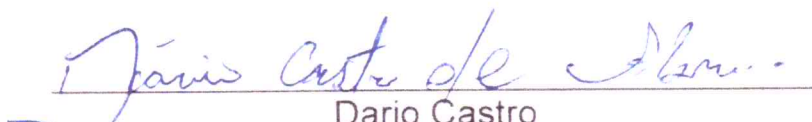


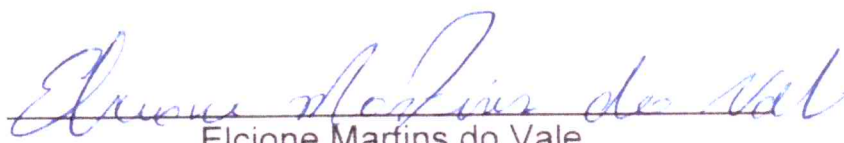
ESTADO DO MARANHÃO  
CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA  
LEGISLATURA 2021 – 2024

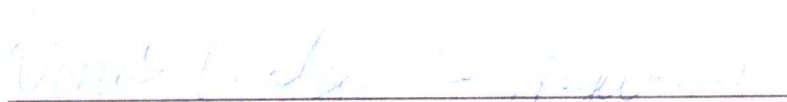
COMISSÃO PERMANENTE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA ETC.  
Av. Marvos Silva n.º 150 – Alto Bonito – CEP 65.973-000 – CNPJ – 01.616.690/0001-70

**CONCLUSÃO:** Portanto diante do exposto, esta Comissão após analisar criteriosamente todos os tópicos aprontados pelo TSE/MA e seu parecer e considerando ainda que tal processo tenha ocorrido à revelia, tolhendo o direito de defesa do responsável, como também por serem desproporcionais ao bom senso prático e crítico, como também não há apontamento de que o Sr. José Aldo Ribeiro Sousa, no exercício de seu mandato tenha desviado o apropriado, para si ou para outrem, qualquer recurso público, como da mesma forma, inexistente no presente feito qualquer multa ou condenação ao ressarcimento ao erário, significando as irregularidades trazidas, meras inconformidades administrativas e contábeis, incapaz de macular a conduta do mesmo quando gesto público no exercício de 2014, **resolve esta COMISSÃO, por unanimidade rejeitar o parecer prévio PL – TCE/MA n.º 35/2021 e recomendar ao plenário desta Casa, a APROVAÇÃO EM TODOS OS SEUS TERMOS**, as prestações de contas do Sr. José Aldo Ribeiro Sousa, referente ao exercício financeiro de 2014.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três.

  
Dario Castro  
Presidente

  
Elcione Martins do Vale  
Relator

  
Vonis Ferreira de Aguiar  
Membro